

# ERA PRECISO CONSTRUIR UM PAÍS:

## Diplomacia Cultural Brasileira no Século XIX

**CÉLIO DINIZ RIBEIRO\***

### RESUMO

Esta pesquisa procura refletir sobre as relações entre literatura e vida diplomática no Brasil do século XIX. Partindo-se do fato de que a diplomacia cultural, ou soft power, é um importante instrumento de política internacional, interessa discutir justamente como poetas diplomatas atuaram na construção da identidade nacional na complexa conjuntura de um país recém independente. Esses escritores mostravam, ademais, um caráter inquietante quanto ao papel de representar o Estado ao mesmo tempo em que tentavam manter uma relativa autonomia de pensamento. E o pano de fundo foi um contexto histórico, de embate entre modernização e manutenção das antigas estruturas sociais, políticas e econômicas, havia uma tensão expressa por um movimento intelectual trânsfugo, i.e., de afastamento e de uma remissão constante a uma identidade imaginária que esses autores configuravam.

**Palavras-chave:** Intelectual; Diplomacia Cultural; Século XIX.

### ABSTRACT

This research aims to reflect on the relations between literature and diplomatic life in nineteenth - century Brazil. Starting from the fact that cultural diplomacy, or soft power, is an important instrument of international politics, it is interesting to discuss precisely how poets diplomats worked in the construction of national identity in the complex conjuncture of a newly independent country. These writers, moreover, showed a disturbing character as to the role of representing the State while trying to maintain a relative autonomy of thought. In that historical context, between the modernization and maintenance of the old social, political and economic structures, there was a tension expressed by a transient intellectual movement of remoteness and of a constant remission of an imaginary identity that these authors constituted.

**Keywords:** Scholar; Cultural Diplomacy, 19th Century.

\* Graduado em Letras (Português-Literaturas/ UERJ), Pedagogia e História (UNIRIO). Doutor em Literatura Brasileira (UFF). Atualmente é Técnico em Assuntos Educacionais /Pedagogo – CEFET campus Nova Friburgo. Contato: dinizribeiroc@gmail.com

---

---

Na conjuntura de uma recente declaração de independência, uma das principais necessidades do Estado aponta justamente para o reconhecimento de sua presença como novo ator no campo das relações internacionais. E como lembra José Murilo de Carvalho, “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político”<sup>1</sup>. O caso brasileiro, a partir de 1822, não foi diferente. De fato, intelectuais polímatas como Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Gonçalves Dias, por exemplo, atuavam como verdadeiros porta-vozes da construção dessa imagem identitária nacional, mesmo apresentando um discurso bastante crítico em alguns momentos.

Esses escritores, que também exerciam funções públicas, vivenciavam, em certo sentido, uma relação intelectual tensa: estar a serviço de um governo e, ao mesmo tempo, ter a necessidade de manter uma autonomia que o próprio exercício da intelectualidade exige. Essa tensão, no entanto, figurava como um movimento que se alternava entre afirmação, ou uma coincidência com as decisões do sistema<sup>2</sup>, e negação do *status quo*. Evidenciando uma subjetividade cindida, as vozes poéticas desses escritores diplomatas moviam-se, assim, entre nacionalismo e cosmopolitismo, presente e passado na perspectiva saudosista ou irônica, sertão e metrópole, i.e., algumas das manifestações desta cisão da qual não se podiam furtar.

Quando se estuda o comportamento da *intelligentsia* brasileira que atuou junto à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, reorganizada em 1822 por José Bonifácio de Andrada e Silva, sobressai um aspecto que, embora pouco estudado, constituiu um modo de atuação intelectual integrado ao projeto de modernização do país: a polimatia.

De José Bonifácio até Gonçalves Dias, constata-se uma atuação profícua desses funcionários públicos em diferentes áreas do saber justamente num contexto em que o Brasil precisava constituir-se como nação independente, com um claro projeto de desenvolvimento civilizacional. E a polimatia, para aqueles indivíduos eruditos, donos de uma rica bagagem cultural construída no Velho Continente, não deixava de ser, por isso mesmo, uma práxis cujo escopo era retirar o país do atraso econômico e cultural em relação à Europa e aos Estados Unidos. Este país, aliás, já representava um exemplo instigante para esses intelectuais oriundos de classes oligárquicas, até porque, no início do século XIX, havia chegado ao nível de desbancar, ao lado da França e da Alemanha, o monopólio industrial inglês<sup>3</sup>.

Não por acaso, uma das primeiras medidas estratégicas de José Bonifácio, ao assumir sua nova função, foi estabelecer um vínculo com nações que haviam optado, política e economicamente, pelo liberalismo. Com esse objetivo, nomeou, prontamente, representantes brasileiros junto aos governos de Londres, Paris, Washington e Buenos Aires<sup>4</sup>.

O Brasil, como novo ator, necessitava avançar rapidamente no aspecto econômico e havia uma urgência em se configurar uma elite afeita aos avanços científicos e culturais que permitiriam maior produtividade. Surgiam, assim, importantes instituições que congregavam esses indivíduos ilustrados, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Secretaria Auxiliadora da Indústria Nacional, a Academia Imperial de Medicina, sem contar com as faculdades de Direito que já haviam despontado por aqui desde 1827.

---

1 CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário na república do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.10.

2 RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Poder e Transcendência: formas modernas de legitimação do poder e modos de sujeição da pessoa. In: PIRES, Cecília. (org.) *Vozes Silenciadas: ensaios de ética e filosofia política*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2003, p.59.

3 GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Um Diplomata e Político do Império: o conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo*. Recife: CEPE, 2010, p.75.

4 COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.55.

Naquele momento de fundação, a diplomacia cultural era o carro-chefe das relações internacionais brasileiras. E José Bonifácio de Andrade e Silva, por sua vez, carregava uma larga experiência de estudos e profissional construída na Europa nos mais de quarenta anos que por lá viveu. Tendo sido professor, desembargador, mineralogista, diplomata, além de outros altos cargos assumidos como funcionário do governo português, era um tipo ideal para a organização do serviço diplomático brasileiro naquele contexto.

Defensor do liberalismo e da monarquia constitucional, tinha um projeto abrangente de modernização para o Brasil, que passava pelo apoio à industrialização - e, conseqüentemente, à classe burguesa emergente no país -, pela construção de uma rede de ensino público, pela luta contra o tráfico negreiro e também pela produção artístico-científica a fim de elevar a condição cultural do país em relação à Europa.

Por sua condição de mineralogista, e pelo fato de já ter realizado um importante serviço para o governo de D. João VI, que foi a descoberta, no Brasil, de diversas minas de chumbo, de ferro, de carvão, de ouro e de diamante<sup>5</sup>, estava certo do potencial brasileiro para o desenvolvimento econômico.

É possível observar, deste modo, que os indivíduos que serviriam o país no exterior já traziam na bagagem uma experiência de formação na Europa bem como uma obra intelectual de relevo na época. Basta dizer, por exemplo, que José Bonifácio foi um cientista de renome por lá, sendo membro de diversas Academias de Ciências, a saber: Lisboa, Estocolmo, Turim, Londres, Edimburgo, dentre outras<sup>6</sup>.

Quanto à obra literária de Bonifácio, embora pequena, constituindo-se de apenas um livro, *Poesias de Américo Elysio*, publicado na França em 1825, bastou para que Machado de Assis, em seu artigo de 1858, intitulado "O Passado, o presente e o futuro da literatura" ologiasse a elevação do estilo, que "tudo encanta e arrebatava"<sup>7</sup>.

Com uma linguagem bastante influenciada pelo arcadismo, José Bonifácio foi quem antecipou, ainda que brandamente, o nacionalismo, no poema "Brasil"; e um certo erotismo, no poema "Cantata I", nos versos "Lábios da minha Eulina, / Lábios, favos de mel, mas venenosos"<sup>8</sup>, que iriam caracterizar, em dado aspecto, o estilo romântico no país. Antonio Candido, inclusive, vai falar em um "desejo quase fescenino", referindo-se a este poema de Bonifácio<sup>9</sup>. Em realidade, seus poemas já traziam um diálogo com outros autores renovadores da literatura europeia como Byron, na Inglaterra, e Garret, em Portugal.

Antônio Peregrino Maciel Monteiro foi um outro polímata cuja práxis literária, assim como a de seus coetâneos, engendrava-se num processo político bem maior, que passava pela tentativa de se realizar nos trópicos um determinado conceito de civilização. Sua obra destaca aspectos como a idealização da mulher e a presença de metáforas ligadas a elementos da natureza, estabelecendo um diálogo claro com as novidades da estética romântica, como no poema:

5 MAIA, Emilio Joaquim da Silva. *Elogio Histórico do Ilustre José Bonifácio de Andrade e Silva. Proferido na sessão pública da Academia Imperial de Medicina*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. de P. Brito, 1838, p.3.

6 *Idem. Ibidem*.

7 Disponível em: <[http://machado.mec.gov.br/index.php?Itemid=123&catid=34:obra-completa&id=170:critica&option=com\\_content&view=article](http://machado.mec.gov.br/index.php?Itemid=123&catid=34:obra-completa&id=170:critica&option=com_content&view=article)>. Acesso em: 20/11/2013.

8 SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Poesias de Américo Elysio*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1861, p.46.

9 CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012, p.217.

---

---

Formosa, qual pincel em tela fina / debuxar jamais pôde ou nunca ousara; / formosa, qual jamais desabrochara / na primavera rosa purpúrea; / formosa, qual se a própria mão divina / lhe alinhara o contorno e a firma rara; / formosa, qual jamais no céu brilhara / astro gentil, estrela peregrina; / formosa, qual se a natureza e a arte, / dando as mãos em seus dons, em seus labores / jamais soube imitar no todo ou parte; / mulher celeste, oh! anjo de primores! / Quem pode ver-te, sem querer amar-te? / Quem pode amar-te, sem morrer de amores?!<sup>10</sup>

Em seu famoso discurso de 1851, como senador, deixou bem clara sua visão quanto ao padrão cultural francês, mas reconhecendo que não se tratava de uma imitação que se traduziria por uma relação servil. Significava, antes de tudo, uma aproximação construtiva em que a intelectualidade brasileira mostraria para si mesma e para o mundo a capacidade de realizar algo no mesmo nível de qualidade. Segundo suas próprias palavras,

a literatura no Brasil, a literatura em toda a América, tem sido um processo de adaptação de ideias europeias às sociedades do continente. Esta adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica<sup>11</sup>.

Tal relação, entre uma carência nacional e a valorização da cultura do outro acabava por evidenciar, subliminarmente, um discurso nacionalista, i.e., que se autoestima pelo que o país ainda poderia vir a ser<sup>12</sup>. Mas essa tensão, antes de significar um impedimento, exprimia-se como um afã, um vigor esperançoso direcionado para um futuro promissor econômica e politicamente.

Maciel Monteiro defendia um desenvolvimento à la France da indústria brasileira como a solução, inclusive, para se resolver a questão da pobreza no país. Para ele,

a grande massa da população, espoliada por dois lados, arredada do comércio e da lavoura, neste país essencialmente agrícola, como se costuma dizer, moureja por aí abatida e faminta, não tendo outra indústria em que trabalhe; pois que até os palitos e os paus de vassoura mandam-se vir da Europa<sup>13</sup>.

Essa conformidade ideológica encontra outro exemplo interessante na linguagem de José Maria do Amaral que, na solenidade de Fundação da Academia Imperial de Medicina, no Brasil, em 1841, referiu-se ao brasileiro como “povo amante do trabalho, da indústria e da liberdade”<sup>14</sup>.

Como destaca Antonio Candido<sup>15</sup>, os escritores desse período compartilhavam de uma espécie de crença no papel social de despertar as consciências. A configuração da performance polímata durante o romantismo não se desassocia, assim, de um caráter missionário por parte do intelectual<sup>16</sup>. De qualquer modo, fosse o trabalho científico ou artístico, para esses

10 In: LIMA, Israel Souza. *Biobibliografia dos Patronos: Maciel Monteiro e Manuel Antônio de Almeida*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012, p.97.

11 ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. vol. I. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1888, p.15.

12 Destaque-se, para uma reflexão crítica sobre este assunto, o ensaio “Nacional por subtração”, de Roberto Schwartz (1987) Disponível em: <<http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Schwarz,%20Roberto/Roberto%20Schwarz%20-%20Nacional%20por%20Subtra%20-%20E2%80%A1%20C3%86o.pdf>> Acesso em: 22/04/2014.

13 ROMERO, *op.cit.*, p.115.

14 *Idem. Ibidem*.

15 CANDIDO, *op.cit.*, p.235.

16 Antonio Candido destaca esse caráter missionário presente na literatura romântica quando diz que “a contribuição típica do Romantismo para a caracterização literária do escritor é o conceito de missão. Os poetas...

intelectuais não havia separação entre essas atividades e o projeto de modernização brasileiro.

Domingos Borges de Barros é outro importante exemplo de intelectual polímata, visto que congregou essas mesmas características de que se tem tratado. Sua presença na Secretaria de Negócios Estrangeiros correspondia a uma espécie de simbiose de interesses e de perfil. Vale lembrar que, assim como Bonifácio, ele também era formado em Direito e em História Natural na Europa. Erudito, poliglota, amante da literatura e da ciência, estava, por isso mesmo, antenado em relação às novidades culturais que despontavam no Velho Mundo.

Embora sua obra poética seja considerada pouco expressiva no cenário brasileiro, foi, todavia, um intelectual renovador da cultura nacional, bastante empenhado no projeto de modernização do país. Devido à sua formação diversificada e sua experiência política, conseguiu ser influente no império, o que se evidencia pelos cargos que ocupou bem como pelas missões diplomáticas que assumiu. Entre elas, e de maior importância, destaca-se a de buscar o reconhecimento da independência do Brasil na França de Carlos X.

Sua obra, como a de tantos outros de sua geração, foi esquecida pela historiografia literária tradicional, no entanto mostrou-se de suma importância para a formação de uma identidade nacional que conferiu suporte ideológico ao processo de independência do país.

Essa ideia de *processo*, inclusive, merece ser destacada uma vez que o Brasil, enquanto nação, não é o resultado do grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, mas fruto de ações políticas de cunho liberal, adaptadas ao sistema oligárquico que vigorava, e de um trabalho intelectual intenso de indivíduos que se dedicaram a variadas áreas do saber, em consonância com um projeto governista específico.

Reconhecendo que essa transformação dependia de uma ação conjunta e sistêmica, i.e., na aliança entre o poder monárquico e a nova classe burguesa, Borges de Barros realizou uma larga produção literária e científica com o intuito de “conscientizar”, assim como fizeram todos os polímatas de sua geração, os tradicionais grupos oligárquicos quanto às vantagens econômicas da modernização.

Desse modo, ao mesmo tempo em que se ocupou da divulgação do ideário literário romântico no Brasil uma década antes de Gonçalves de Magalhães, também publicou, em jornais da época, textos em que analisou, numa perspectiva industrial, a plantação de urucum e de café, por exemplo, bem como planos de engenharia sobre drenagem de terras inundadas.

Tratava-se, claramente, da disseminação, motivada pelas ideias de David Ricardo, do entendimento de que os lucros obtidos junto à produção agrícola dependiam de outros fatores bem mais do que somente de aspectos geográficos, como a fertilidade do solo e do clima. A novidade, que parece óbvia, aliás, é que a lucratividade estaria associada diretamente ao avanço tecnológico e a uma certa *expertise* na performance produtiva.

Contudo, a emergência de uma postura liberal não pôs fim à influência do pensamento fisiocrata das classes oligárquicas tradicionais, que primavam pelos interesses agrícolas. A situação do país permanecia, como, aliás, em toda a América Latina, ligada à exportação de matérias-primas, herança do passado colonial. A realidade é que, no Brasil, como destaca José Murilo de Carvalho as novidades políticas “eram ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica.”<sup>17</sup>

---

regidos por uma vocação superior, é o bardo, o profeta, o guia”. *Idem*, p.344.

17 CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.42.

---

---

Não obstante, a SAIN evidenciou-se como a maior divulgadora das inovações tecnológicas naquele contexto, além de se tornar, ao lado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) um núcleo formador e agremiador da inteligência da primeira metade dos oitocentos. A questão era que os sérios problemas estruturais do país – analfabetismo, falta de centralização política, dependência do capital estrangeiro e economia baseada na escravidão embarreiravam a implementação prática dessas novidades provenientes do continente europeu e dos EUA, fontes ideológicas dos intelectuais românticos daquela fase.

Naquele contexto, era necessário, então, que se realizasse uma transformação do ensino no país, não apenas para formar mão de obra minimamente especializada para atuar nas fábricas nascentes, mas também divulgar uma imagem identitária nacional que fundamentasse a centralização política, ameaçada pelas inúmeras insurreições federalistas que vinham acontecendo.

Para tanto, não poderia faltar a propaganda desse jovem país. Neste quesito, ressalta a figura de um outro polímata, Araújo Porto-Alegre, cujo nacionalismo constituía também uma forma de promoção, no exterior, de um Estado recém fundado e que teria muito a oferecer, em recursos naturais.

A imagem contida no verso “levanta-se o gigante do áureo solo”<sup>18</sup> já apontava, em certo sentido, para a ação de intelectuais cujo propósito era literalmente inaugurar a cultura brasileira, pelo menos do modo que acreditavam os primeiros românticos. Era uma espécie de crítica indireta ao padrão colonial que mantinha adormecido o “gigante”.

Profundamente ligado ao poder monárquico, Porto-Alegre dedicou seu livro de poemas, *Brasilianas* (1863), a D. Pedro II, a quem reconhecia como sábio dirigente e visionário, alguém que conduziria o país a um período de prosperidade e de grandeza no cenário das relações internacionais. E pelo teor de sua obra artística, pode-se afirmar que Araújo Porto-Alegre foi o mais nacionalista, e otimista, de todos os poetas diplomatas de sua geração, como se pode verificar nos excertos: “Desdobra, águia Brasília, as amplas asas.”; “No centro destas virgens serranias, / A natureza adorar, inda inocente, / E o mundo primitivo perlustrando, / Ouvir da criação a voz intacta (...) / Aqui em sonho Elísio (...) A vida se desliza entre venturas.”<sup>19</sup>

O mais famoso polímata dessa época, no entanto, foi Gonçalves de Magalhães. Sua importante práxis intelectual revelou-se, aliás, não apenas na construção de uma nacionalidade brasileira, fundamental no processo de consolidação da independência do país, mas na formulação de um ator internacional com nome próprio, chamado Brasil. E para que o país alcançasse esse nível, era necessário mostrar ao mundo que por aqui também se produzia cultura de qualidade, nos diversos ramos do saber: artístico, científico e filosófico.

Com um claro projeto de modernização cultural do país, além de ter introduzido efetivamente o Romantismo no Brasil, com a publicação do livro *Suspiros Poéticos e Saudades* e da revista *Nitheroy*, ambos de 1836, Magalhães também foi, ao lado de Tobias Barreto, o “núcleo essencial da filosofia brasileira no século XIX”<sup>20</sup>, que procurava desvencilhar-se do dogmatismo jesuítico que vigorava tradicionalmente por aqui. Este, basicamente, constituía-se no chamado Ratio Studiorum, que primava por um currículo centrado na teologia cristã, na filosofia, nas artes sacras e nas línguas.

---

18 ALEGRE, Araújo Porto. *Brasilianas*. Viena: Imperial e Real Typographia, 1863, p.38.

19 RAMOS, Frederico José da Silva. *Grandes Poetas Românticos do Brasil: Esparsos completos de Manuel de Araújo Pôrto Alegre [e] Antônio Peregrino de Maciel Monteiro. Poesias completas de Antônio Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: LEP, 1959, p.7-8.

20 CERQUEIRA, Luiz Alberto. *Filosofia Brasileira: ontogênese da consciência de si*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.17.

A superação deste dogmatismo pela laicização do conhecimento constituía-se, a rigor, não num afastamento da perspectiva religiosa, ou moralizante da arte, mas especificamente numa luta contra aquilo que representava o passado colonial brasileiro. Suas críticas a esse passado são bem evidentes, inclusive, na revista *Nitheroy*:

o Brasil descoberto em 1500, jazeu três séculos esmagado debaixo da cadeira de ferro, em que se recostava um governador colonial com todo o peso de sua insuficiência, e de sua imbecilidade. Mesquinhas intenções políticas, por não avançar outra coisa, leis absurdas, e iníquas ditavam, que o progresso da civilização e da indústria entorpeciam.

Em *Opúsculos Históricos*, analisando a *Cabanagem* (1838), Magalhães critica não apenas a falta de unidade ideológica entre os partidos, que poderiam ter evitado a revolta, mas também a falta de religião de um povo que ele define como “gente bruta”<sup>21</sup>.

Mas é importante observar que esse “povo” de que fala Magalhães não se referia, de *per se*, ao brasileiro nativo, antes correspondia diretamente ao colono. Em sua opinião, “os naturais da América, tanto os mais, como os menos civilizados, não apresentam esse espírito de destruição que assinala a marcha de outros povos.”<sup>22</sup>

Dessa forma, o “verdadeiro” indivíduo brasileiro, gentil, dócil, imagem nascida do ideal do bom selvagem rousseauiano, seria, por sua própria natureza, mais sensível à captação das mensagens de fraternidade e de religiosidade. Por isso mesmo, o projeto cultural de Gonçalves de Magalhães direcionava-se para uma tentativa de estabelecer uma concórdia entre fé e ciência. Neste âmbito, seu esforço intelectual poderia ser comparado ao de um Tomás de Aquino que, em sua época, estabeleceu uma interpretação conciliatória entre a Escolástica e o pensamento aristotélico.

Em *Fatos do Espírito Humano*, uma obra sua ainda pouco estudada, nota-se a tentativa original de estabelecer uma relação coordenada e conciliatória entre a “liberdade intrínseca ao Cogito e o compromisso ontológico”<sup>23</sup>, ou seja, realizar a transição da cultura escolástica para a moderna sem, contudo, deixar-se cair no materialismo e ceticismo próprio de autores franceses em voga no século XIX, como Julien de la Mettrie e Voltaire.

Esse movimento de negação e de afirmação de antigas estruturas evidenciava, em realidade, um caráter contraditório do projeto de modernização do país. Gonçalves de Magalhães criticava, no fundo, algo que punha em prática, constituindo assim um paradoxo que, inclusive, ele mesmo reconhece com as seguintes palavras: “estrangeiras são as nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas, avessas aos nossos costumes e naturais tendências.”<sup>24</sup> A modernização do Brasil consistia, ambigualmente, numa afirmação da superioridade cultural da Europa, mas também na ideia de que se tratava, o Velho Mundo, de um modelo que já entrava em colapso.

A própria revista *Nitheroy* foi idealizada no Instituto Histórico de Paris, e nesta cidade também publicada, não apenas porque faltasse um mercado editorial consolidado no Brasil, mas como expressão de confiança desses jovens escritores diplomatas brasileiros em uma nação que representava um ideal de desenvolvimento civilizatório, i.e., a França. O objetivo desses intelectuais era abordar, à maneira de outras revistas

21 MAGALHÃES, Gonçalves de. *Opúsculos Históricos e Literários*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1865, p.10.

22 *Idem*, p.219.

23 CERQUEIRA, *op.cit.*, p.105.

24 MAGALHÃES, *op.cit.*, p.3.

---

---

européias como a *Revue des Deux Mondes* (1829), variados assuntos, com o intuito de mostrar abrangência na produção cultural brasileira. No primeiro número, por exemplo, Azeredo Coutinho escreveu sobre Astronomia; Torres Homem, acerca das relações entre escravidão e economia; Gonçalves de Magalhães, tratou da História da Literatura Brasileira; e Araújo Porto Alegre apresentou suas reflexões em torno da música romântica.

Em realidade, o velho continente era visto como um cenário paradoxal, ou seja, nele conviviam um inegável e admirado desenvolvimento intelectual e o autoritarismo monárquico, próprio do ancien régime, que havia retornado, na França, com Carlos X (1824-1830). De fato, esses intelectuais, ligados ao projeto de modernização nacional, desejavam realizar, no Brasil, uma obra cultural à altura da Europa e a consolidação de um modelo democrático que se verificava nos Estados Unidos. No poema “Ao deixar Paris”, Magalhães fala, por exemplo, numa ambiência do “progresso, da luz, da liberdade... pátria de heróis”, mas que são “vítimas do erro, que ainda a Europa preme / com cem braços de ferro”<sup>25</sup>.

Não havia, no entanto, um sentimento de inferioridade por parte desses intelectuais brasileiros. Antes, o Brasil, na aurora de sua independência, representava para eles a possibilidade de desenvolvimento civilizatório sem as barbáries que se verificavam no cenário europeu.

Quanto ao projeto artístico de Gonçalves de Magalhães, havia um claro esforço intelectual para formar um público capaz de refletir sobre o atraso do país e, dessa forma, colocá-lo no caminho do progresso civilizatório da maneira que se compreendia na época. Mas era necessário, ainda, conceder à literatura nacional um *status* para além de uma voz ressentida de um povo colonizado. Era preciso elevá-la ao “nível” da literatura europeia, o que, segundo o entendimento e o projeto de Gonçalves de Magalhães, significava reconhecer a literatura do Brasil como irmã mais nova daquela, ambas filhas da literatura grega. Esta conquista era fundamental para conceder ao trabalho dos românticos o mesmo valor dado aos escritores europeus.

A defesa de Magalhães, nesta área, está na afirmação feita no ensaio “Sobre a História da Literatura no Brasil”, publicado também no primeiro número da Revista *Nitheroy*, de que “a poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil”<sup>26</sup>. E argumentava, como grande conhecedor das letras europeias, que “a Europa... além da literatura que lhe é própria... nós aí vemos outra literatura, que chamamos enxertada... uma recordação de costumes que não são seus”<sup>27</sup>.

A originalidade deste pensamento estava, por um lado, no fato de problematizar a questão da influência e, por outro, na dessacralização da literatura europeia, reconhecendo também aí um caráter artificial e transplantado. Essa influência, que não corresponde a uma cópia de modelos, mas a reinterpretções que não negam sua constituição cheia de lapsos, deslizes, transbordamentos e redefinições.

Ao lado de Magalhães, outro poeta diplomata que alcançou bastante prestígio e reconhecimento em sua época foi Gonçalves Dias. Como os demais intelectuais de sua geração, foi mais um polivalente: professor do Pedro II, jornalista, autor de um dicionário Tupi, lexicógrafo<sup>28</sup>, membro do IHGB e fundador da revista científica e literária *Guanabara*. Conquanto seja lembrado mais por seu poema “Canção do Exílio”, até porque este tem sido o

---

25 MAGALHÃES, Gonçalves de. *Suspiros Poéticos e Saudades*. Brasília: EUnB, 1986, p.391.

26 MAGALHÃES, Gonçalves de. Discurso sobre a História da Literatura do Brasil. *Revista Nitheroy*, 1836, p.146. 27 *Idem*, p.134.

28 Para um aprofundamento na questão, destaca-se a dissertação de mestrado: BORGES, Valdeine Moreira. *O vocabulário de Gonçalves Dias: para a construção de um glossário neológico*. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/2337>>. Acesso em: 14/09/ 2013.



texto mais parodiado na história da literatura brasileira, foi um intelectual bastante profícuo e profundamente envolvido com o projeto político-cultural de construção da nacionalidade brasileira.

Essa construção, por sua vez, foi um processo artificial, em que se procurava junto ao colonizador uma possível identidade ou voz do colonizado. Basta lembrar que ele, assim como Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre, foi procurar documentos para a construção da História do Brasil nos arquivos da Europa, como forma de tentar entender a si mesmo pela perspectiva do outro. Aliás, sua missão especial, entre 1854 e 1858, período em que foi funcionário da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, foi justamente de estudos e de pesquisas históricas com esse intuito.

Além disso, o interesse econômico da monarquia também o enviou para uma viagem de exploração científica nos rios Madeira e Negro entre 1861 e 1862. Mas na comparação com os outros poetas de sua geração, como Magalhães e Porto-Alegre, Gonçalves Dias foi o menos nacionalista, ou quem mostrou o nacionalismo mais problemático.

A identidade, em sua práxis literária e de pesquisador, se constrói pela negociação, num movimento de afirmação da superioridade cultural europeia e, ao mesmo tempo, de desmistificação diante de um quadro civilizatório problemático que encontrou no velho continente. Essa crítica ao modelo de civilização europeu englobava também um pensamento crítico em relação ao governo brasileiro: “Porque de tantos governos / Há neste mundo de Cristo, / O nosso já está bem visto / Que é de todos o pior”<sup>29</sup>. Na verdade, sua voz não era solitária. Estes debates políticos tinham ganhado muita força desde 1826, com o surgimento do regime representativo através do Parlamento.

Como os demais de sua geração, traduziu poetas e cientistas estrangeiros, principalmente alemães, cultura pela qual nutria enorme apreço. Mas foi ali também, na Alemanha, que Gonçalves Dias publicou seu dicionário Tupi (1858), recebendo reconhecimento de uma pequena parcela intelectual para a qual, nem mais nem menos, significava um interesse pelo exótico e o incivilizado como representação dos primórdios da humanidade. Vale dizer que naquele contexto europeu, em que se divulgava na academia a perspectiva evolucionista, o que antes pareceria uma atitude nacionalista, valorizar uma língua própria do Brasil, em realidade consistia na afirmação da visão eurocêntrica.

A vivência do poeta no estrangeiro trouxe a ele também a percepção de que faltava ao corpo diplomático brasileiro uma preparação direcionada para esse tipo de função. É interessante destacar que naquele momento histórico houve mudanças na Secretaria de Negócios Estrangeiros. Segundo o próprio Gonçalves Dias,

a reforma do pessoal administrativo tem sempre em vista a admissão de pessoas mais habilitadas para o serviço, a inutilização dos que nele se gastaram, e o aproveitamento dos que ficam na escala ascendente ou descendente<sup>30</sup>.

Ou seja, a inserção do Brasil no competitivo cenário internacional exigia mais e mais formação específica por parte dos diplomatas. A atitude de Gonçalves Dias, no entanto, frente ao contexto civilizatório europeu, embora reconhecendo o valor cultural do velho continente, carregava sua marca de desilusão e de ceticismo. Em uma de suas cartas endereçadas a

29 *Idem*, p.698.

30 *Idem*, p.1100.

---

---

Alexandre Teófilo<sup>31</sup>, por exemplo, descreveu vários crimes bárbaros acontecidos em Lisboa:

De domingo passado até hoje – 8 dias conta-se em Lisboa mais de 16 suicídios e homicídios. Uma francesa que morava na Rua de S. Paulo assassinada por um sobrinho – ela, duas filhas e a criada... Um pai de família matou mulher e filha – e suicidou-se depois. Uma rapariga cravou uma tesoura pelo ouvido da mãe que morreu logo. Um ourives que tomou veneno. Um negociante que se disparou uma pistola ao ouvido... 2 cadáveres que apareceram no Cais do Tejo – de pernas cortadas para caberem no caixão em que estavam etc.

É nesse domínio, inclusive, que a concepção de um povo humilde, manso, que tem no bom selvagem sua constituição moral, seu *ethos*, torna-se não um elemento antípoda em relação à civilização europeia, todavia desponta como a possibilidade de se construir uma outra.

E nesse arranjo que constituía a sociedade brasileira de então, a figura de um funcionário público ressalta na poética de Gonçalves Dias como uma espécie de herói da nação, alguém atuante nesse trabalho de construir essa nova civilização, suportando a imensa burocracia que envolve sua atividade própria e vivendo sem o reconhecimento social devido, como no poema a seguir:

**Que cousa é um ministro**

O Ministro é a fênix que renasce  
Das cinzas de outro, que lhe a vez cedeu:  
Nasce num dia como o sol que nasce,  
Morre numa hora como vil sandeu! (...)  
Um bípede de pasta, não de barro,  
Nos pés se firma por favor de Deus! (...)  
Vede-lhe a pasta, que de cheia estala  
Só de projetos que farão feliz  
A pátria ingrata, que seus feitos cala,  
Ou mais que ingrata, o nome seu maldiz!<sup>32</sup>

O texto ressalta a ingratidão sofrida por aquele que se dedica integralmente ao seu próprio país, como se verifica na última estrofe, com maior evidência. Esse aspecto, antes de caracterizar um simples lamento poético por alguém “injustiçado”, em realidade, mostrava a configuração de uma imagem “missionária” difundida entre os intelectuais envolvidos com o projeto de modernização do país, naquele contexto de construção da identidade nacional.

Com a difusão da literatura realista-naturalista, marcando o esgotamento da estética romântica no final do século XIX, desestabilizou-se, em certo sentido, essa imagem, mas não a esgotou totalmente. Ao mesmo tempo, o funcionário público, intelectual, deixava de ser o “líder” ideológico de um povo, para inserir-se na multidão. O idealismo transformava-se, aos poucos, em pragmatismo, fator que já seria evidente também na práxis diplomática do período republicano.

---

31 *Idem*, p.1037.

32 *Idem*, pp.675-677.

Por certo, as interpretações que esses poetas diplomatas construíram sobre o país, laudatórias, idealistas ou críticas, mostravam uma relação tensa quanto à práxis intelectual que mantiveram no cenário ideológico complexo de suas épocas. De qualquer modo, embora se possa reconhecer esse caráter fractado em todos os escritores diplomatas que foram apresentados nesta pesquisa, obviamente as finalidades de seus serviços no campo da diplomacia, assim como a interpretação do país que exprimiam em seus textos literários, transformaram-se ao longo do tempo.

No decurso dos oitocentos, período de fundação da diplomacia brasileira, destacaram-se os intelectuais polímatas cujo trabalho ajudou na configuração do país como um novo ator no campo das relações internacionais. Vale dizer que, nesse processo, a poesia transformava-se, em alguns momentos, num instrumento do serviço diplomático propriamente dito. Isto porque, através das imagens de país que expunha, colaborava na consolidação do caráter independentista do Brasil bem como na propaganda de sua potência para o progresso.

Recebido em: 03/08/2018

Aprovado em: 07/01/2019